



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 110ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Berinaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 227, de 12/12/2008, juntamente com a ata sucinta da 110ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – No exercício desta Presidência, solicito aos Deputados que se encontram nas dependências desta Casa que se dirijam ao plenário para que possamos iniciar de imediato nosso trabalho nesta tarde.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB	-	X	
BERINALDO PONTES - PP	X		
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM	-	X	
CABO PATRÍCIO - PT	-	X	
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB	-	X	
ÉRIKA KOKAY - PT	-	X	
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	X		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	-	X	
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT	-	X	
PEDRO DO OVO - PMN	-	X	
RAAD MASSOUH - DEM	-	X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	-	X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB	-	X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB	-	X	
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS	-	X	
TOTAL	11	13	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há *quorum* reglmental para iniciarmos os Comunicados de Líderes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Cabo Patrício, concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem nós abordamos um tema aqui, que o Cel. Dirnei achou muito interessante, sobre exatamente os 400 reais pelo ingresso lá no Bezerrão. O Deputado Geraldo Naves falou que dava para comprar uma bezerra.

Hoje, lendo o jornal novamente, verifiquei que baixaram os preços por intermédio de um acordo entre o Governador Arruda e o pessoal da CBF, Golás e Fábio Simão.

Mas há um dado na reportagem que me chamou atenção: o aluguel do campo é de quase 150 mil reais. Será que eu errei, que eu me precipitei em condenar o celerado do Estado de Goiás por ter aumentado? Ou será que ele tinha razão? Porque um aluguel desses é escorchante. Que é isso? Depois de analisar, embora não concordando com o valor do aluguel, eu continuo com o mesmo ponto de vista de que o valor daquele ingresso é realmente escorchante e ninguém pode justificar aquilo. Agora, baixou um pouco só, mas ainda está alto. O povo não merece isso, não.

Deputado Wilson Lima, V.Exa. é um dos donos da cidade do Gama – o primeiro é o povo, depois é o Governador Arruda, e depois são V.Exa. e os Deputados Pedro do Ovo, Cabo Patrício e o restante de nós. Então, V.Exa. poderia insistir para abaixar mais um pouquinho o ingresso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, quero fazer uma pergunta a V.Exa.: dá para fazer por menos? Vamos pechinchar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	3

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Vamos pechinchar. O povo merece a pechincha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, com toda franqueza e dor no coração, eu acho que é muito, não só para o povo do Gama, mas também para o povo de Brasília que vai pagar por esse espetáculo. Tenho quase certeza de que o São Paulo será o vitorioso nessa história, mas aqui se está pagando muito pelo ingresso. Com relação ao jogo da Seleção Brasileira, está muito caro. Os golianos são tão inteligentes, mas estão pensando que o povo de Brasília tem muito.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, muito me chamou atenção que uma das iniciativas para se diminuir o preço foi a isenção da cobrança pela utilização do estádio e a isenção também da cobrança pela utilização da iluminação do estádio. Como se trata de uma iniciativa, queira ou não, privada, pois são times de futebol e um de seus objetivos, sem dúvida nenhuma, é o lucro, como se fossem empresas, eu também não concordo com que não seja cobrado o aluguel do próprio estádio, com que não seja cobrada a iluminação pública e com que não seja cobrada a segurança. Qualquer promotor de evento que venha realizar algum evento no Distrito Federal, seja em qualquer cidade do DF, Planaltina, Sobradinho, seja onde for, entra arcando com o custo da utilização do próprio local. Então, eu entendo que o Estado também não pode abrir mão do que tem direito, porque, quando uma liga amadora vai lá para Planaltina, por exemplo, pedir para utilizar um estádio ou pedir para utilizar o módulo esportivo, se ele não recolher a taxa de ocupação, ele não usa, não utiliza. E um time desse tamanho não vai pagar? Tem de pagar!

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu gostaria de cumprimentar e de parabenizar V.Exa. pelas suas considerações e registrar aqui, com muita alegria, a presença da dirigente do Instituto INTEGRA, Lúcia Bittar, e das professoras, que nos honram hoje com as suas presenças.

Sr. Presidente, estamos, neste momento, com uma relação da qual consta um crédito suplementar. Nosso Chefe da Casa Civil, Dr. Geraldo Maciel, e nosso Secretário de Planejamento estão nos honrando com suas presenças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	4

Como algumas emendas estão sendo canceladas, estamos pedindo aqui a reavaliação de algumas delas. Uma delas é a do Instituto INTEGRA. Pedimos isso para que nós possamos restabelecer, até mesmo com a possibilidade e o compromisso dos Secretários, não apenas a emenda, mas também a execução da emenda.

Parabenizo V.Exa. pela luta que vem travando em prol não só dessa causa, mas de várias outras causas importantes para o Distrito Federal.

Recebi algumas informações de que havia algumas emendas que já estavam empenhadas. Peço aos Deputados que avaliem isso, para votarmos o projeto amanhã. É um projeto muito importante, pois trata do pagamento da folha de pessoal dos trabalhadores, dos servidores da Saúde e da Educação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Prudente.

Realmente, Deputado Leonardo Prudente, os dirigentes do INTEGRA, que todos conhecem, vêm travando uma luta constante, para não dizer humilhante, para liberar essas emendas. Já se falou até com os russos, mas ninguém conseguiu liberar. Ninguém conseguiu liberar, a verdade é essa. Agora, precisamos dar uma olhada nisso. É preciso imaginar que, de repente, um projeto como o do Cão-Guia pode fenecer, morrer. É, meu amigo, eu não sei onde estou nem onde estamos com isso, seja a razão que for. A razão, não quero saber, mas não liberar a emenda para um projeto do naipe do Cão-Guia é... Sei lá, vou parar por aqui.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, muito obrigado pelo aparte.

Se não liberar essa emenda do Cão-Guia, vira até escândalo nacional, pois é uma falta de respeito com um projeto tão bonito. Dou-me por satisfeito com as palavras do Líder do Governo. Também tive uma emenda do INTEGRA cancelada, aliás, não só do INTEGRA, mas uma das minhas emendas canceladas foi a do INTEGRA. Não autorizei remanejamento. Não estou entendendo o que está acontecendo. É preciso que o nosso Chefe da Casa Civil se manifeste em relação a esse assunto, pois não pode ser feito dessa forma. Como se cancela uma emenda de qualquer Parlamentar, ainda mais feita para o INTEGRA?

Sabemos da luta da Lúcia com todo o seu grupo. Realmente, é como V.Exa. disse, não entendemos o porquê de não liberar. É uma instituição séria, uma instituição que já prestou as contas. Por que não liberar? Fica parecendo que há algum interesse escuso nisso aí. Não dá para entender. Então, é bom que prestemos atenção e lutemos para que seja liberado até o final do ano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	5

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Cristiano Araújo.

Antes de encerrar, eu gostaria de dizer que nós estivemos juntos com a Comissão de Assuntos Sociais numa reunião no Riacho Fundo II, que teve uma boa frequência. Começou às 10h e terminou às 14h, tais eram as demandas trazidas pela população. A principal delas, a falta de identidade da cidade, continua atormentando os moradores daquela cidade e nós mesmos, Parlamentares. A cidade não tem registro, não é registrada, ninguém tem nada lá. O Governador já prometeu isso. É preciso colocar, nesta matéria, um viés político, senão, não sai. Há uma briga de puxa, encolhe, passa os terrenos... É bom que tomemos pé disso. Não é possível! A cidade não tem um posto de gasolina, não tem uma agência bancária! Tem apenas uma conveniência, desde a época em que eu era administrador, um caixa eletrônico de igual forma. Não tem Correios, não tem nada! Toda asfaltada, toda bonita. O governo faz obras, mas a cidade não tem registro, não tem identidade. E, com isso, as cooperativas do movimento do Deputado Batista das Cooperativas não receberam ainda seus lotes para a cidade avançar.

Faço um apelo aqui a todos os Parlamentares, como pedi ao PT, porque o serviço de patrimônio da União tem interesse também em que nos juntemos para dar identidade àquela cidade. Não é possível um negócio desses!

Deputado Wilson Lima, é por isso que as reuniões nas cidades são boas. Soubemos de um caso grave, pelo que entendi, de assédio de um professor, que já está afastado, diga-se de passagem. Há menores. Não quiseram dizer a escola nem o nome para evitar a exposição das pessoas, mas eu já descobri, e saiu tudo isso lá na reunião.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputado Milton Barbosa.

Quero reportar-me ao tema anterior, do INTEGRA, para me solidarizar e dizer que conheço a obra da instituição. É uma obra apolítica que tem um histórico muito grande de serviços prestados ao Distrito Federal. Apesar de ser uma instituição jovem, criou programas que realmente marcaram. E o interessante é correr atrás do fio da meada.

Eu diria ao Deputado Cristiano Araújo que, muitas vezes — isto já tem acontecido com minhas emendas —, as emendas não são cortadas pelo Governador. Elas são cortadas nas secretarias, que ficam loucas, que são, de pronto ou por antecipação, contra emendas. Então elas as cortam, se você não está de olho. O único Deputado na Casa que tem todas as emendas liberadas é o Deputado Brunelli. Eu sempre chego lá e digo: "Já fiz um curso por antecipação com o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	6

Brunelli e, se não me disserem como vai ser, voltarei com S.Exa. para saber por que as emendas de S.Exa. são aprovadas, e as minhas não”.

Posso assegurar que isso não chega ao Governador porque nenhuma autoridade maior faria uma coisa desta natureza: terminar ou prejudicar o trabalho de uma instituição apolítica, como já foi dito.

Quando o Governador Roriz assumiu o governo, na sua penúltima vez, em 1999, a Dona Weslian concebeu a instituição para ser uma organização social que não estivesse vinculada a problema de governos, para que os governos passassem, como passam, mas a instituição realmente permanecesse. E as coisas boas devem permanecer. Eu acho que ela é apartidária. Ela deve receber o apoio de todos os Parlamentares.

Os Parlamentares cujas emendas, por acaso, tiverem sido desviadas para outro lado, têm de ir. Se quiserem, iremos organizados em comissão para saber o que aconteceu e restabelecer. O que não pode é haver o critério de uns terem emendas liberadas e outros não. E cada Deputado sabe para onde realmente destina suas emendas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte da Deputada Eurides Brito. Quero parabenizar S.Exa., que dá um testemunho importante.

Porém, antes que eu me esqueça, não posso deixar de reconhecer que, no ano passado, fui ao Governador Arruda — e a Deputada Jaqueline Roriz também, segundo notícias que tive do próprio Governador — e S.Exa. liberou todas as emendas do INTEGRA. O que não posso compreender, aqui do alto da minha insignificância e ignorância, é exatamente o que V.Exa. falou, Deputada Eurides Brito: *para uns liberam, para outros, não.*

Falaram-me que hoje haveria uma proposta para emendas dos Deputados em final de ano, como foi feito no ano passado, os famigerados, os famosos 600 mil reais de emenda, que eu considero, e a maioria dos Deputados, um calote. Se fizerem hoje a proposta, eu vou dizer que level um solene calote e não consegui liberação. O Deputado Wilson Lima e mais uns dois, que são os apaniguados nesse caso de liberação, conseguiram, e eu não. E se me fizerem, eu já estou recusando, não quero. Eu posso até abrir mão para o INTEGRA: se mandarem para o INTEGRA, eu aceito; senão, eu não aceito.

Lá no Riacho Fundo, há uma emenda do meu amigo e Presidente, Deputado Alírio Neto, para um asfalto. Vieram mostrá-la a mim, e já veio autorizada. Eu disse: “pode fazer. Ele liberou, pode fazer”. Não é porque a área, em tese, seja de minha indicação que vou deixar a população sem a obra. Era um dinheirinho até bom, 300 mil reais, mas, quanto às minhas mesmo, a não ser 1 milhão para capacitar beneficiários de programas sociais, o que é do Governo, não tive mais nenhuma.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Milton Barbosa, agradeço a concessão deste aparte por V.Exa., sempre muito solícito ao pleito dos colegas em intervenção.

Deputado Milton Barbosa, veja: se V.Exa. e a bancada de apoio ao Governo nesta Casa – há pouco tempo, ouvi o Deputado Cristiano Araújo – estão reclamando, imagine nós da Oposição.

Quero lembrar aqui como governa o Presidente Lula, que efetivamente tem ajudado muito o Governo do Distrito Federal, mesmo com um Governador do partido chamado Democratas, portanto, de oposição ao seu Governo. Acho que o fazer republicano é esse, é olhar a causa, e não a coloração partidária apenas. De maneira que quero lamentar, quero dizer que a LDO veda esse procedimento de exclusão de emendas. Quero lembrar isso ao nosso Líder do Governo, sempre muito atento e especialista em orçamento, Deputado Leonardo Prudente, e ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo. É preciso que examinemos. Quero, portanto, fazer primeiro essa ponderação. Além de a LDO vedar isso, se a bancada de apoio ao Governo faz essa reclamação, imaginem nós da Oposição! Eu, por exemplo, nunca tive uma daquelas emendas de debate executada.

No entanto, na realidade, pedi um aparte para dar um depoimento, Deputado Milton Barbosa, independentemente de partido ou de visão de política pública, sobre o trabalho do INTEGRA, sobre o trabalho da Dra. Lúcia Bittar, esposa do meu colega Bittar, Procurador de Justiça Militar. Devo dizer a V.Exa. que sou testemunha de um trabalho hercúleo e dedicado, e quero deixar esse registro, independentemente dos apoios político-partidários e da visão de política pública. O fundamental é a causa; isso é que é o fundamental.

Quero deixar registrado esse meu testemunho, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Milton Barbosa, quando eu convidel a equipe do INTEGRA para vir a esta Casa, em nome da Dra. Lúcia Bittar, não foi exatamente para criticar o Governo ou para falar sobre as emendas de todos os Deputados que não estão sendo cumpridas. Foi simplesmente para mostrar a toda a sociedade que o trabalho que está sendo feito com tanta seriedade e que tem sido reconhecido nacionalmente não está recebendo o devido mérito que Brasília deveria dar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	8

Então, eu convidel a Dra. Lúcia Bittar para vir aqui exatamente para mobilizar esta Casa, que se faz ouvir não só pelo Governo, mas também por toda a sociedade brasiliense.

Muito obrigada, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte da Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, ainda sobre as emendas, V.Exa. sabe que sou um guardião no que diz respeito às emendas de Parlamentares nesta Casa, mas muitas delas são canceladas. Nós estamos cansados de pedir aos Srs. Deputados que verifiquem o valor estimado da obra, antes de se tornar objeto de emendas, porque o valor não tem sido suficiente para a ação proposta. Alguns valores jamais serão suficientes para algumas ações. Por exemplo: a construção de um centro de saúde em São Sebastião com 50 mil reais; a ampliação do Centro de Saúde do Riacho Fundo com 70 mil reais; a ampliação do Centro Educacional da Fercal; do Hospital de Brazlândia com 80 mil reais... Também existem emendas que têm como objeto obras já contempladas, como o asfaltamento da avenida principal de Itapoã e a ampliação da iluminação pública na região do Colorado. Portanto, a grande maioria possuía valores que não suprem as necessidades das obras a que se destinam ou já faziam parte do programa do Governo e as obras a que se referiam já foram executadas na emenda genérica. Logo, vamos fazer uma reavaliação de todas as emendas para vermos se é possível executar alguma até 31 de dezembro, para podermos preservá-las. Quanto às demais emendas, eu acho, não haverá nenhum óbice a que esta Casa as destine às áreas de Saúde e de Educação do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Leonardo Prudente, realmente, V.Exa. tocou num ponto fundamental. Como sou marinho de primeira viagem, elaborei algumas emendas que V.Exa. leu. Eu não as fiz neste ano. Eu aprendi e vou adotar outro procedimento para tentar liberar. Não estou tentando liberar valores para fazer obras para mim. Estou tentando liberar valores para obras que vão beneficiar a população. V.Exa. tem razão. O Governo não irá aproveitar essas emendas. Ele tem mesmo que cancelá-las ou remanejá-las, seja o que for. Estou de acordo com a posição de V.Exa., mas as emendas que forem possíveis de serem executadas e tiverem a devida importância têm de ser executadas. Como exemplo, cito o INTEGRA. Nesse caso, como em outros casos que envolvem entidades sociais, quem será o beneficiário? É o contribuinte, é o povo. Não será o meu eleitor, nem será o eleitor de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	9

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, eu queria apenas manifestar, em especial, o meu reconhecimento ao trabalho do INTEGRA, aqui representado pela Dra. Lúcia Bittar e pela assessoria dela, porque instituições sérias como essa é que dão credibilidade à filantropia que hoje há no Brasil. Sabemos que há um desgaste, sem dúvida nenhuma. Temos visto nos jornais notícias sobre as medidas provisórias que envolvem essas instituições. Mas o testemunho que eu quero dar, que não é só meu, mas é do meu gabinete, é que temos assistido aos trabalhos do INTEGRA, temos apoiado e temos sido apoiados também por ele.

Então, fica aqui registrado o reconhecimento, não só meu, mas desta Casa, ao trabalho feito por aquela instituição.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, eu também quero...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Dr. Charles, V.Exa. também esteve comigo no Hospital da Visão.

DEPUTADO DR. CHARLES – É nessa questão que quero me juntar a V.Exa. e a todos os outros comentários sobre o INTEGRA, que tem um hospital absolutamente necessário à população do Distrito Federal, pois temos todas as dificuldades de acesso à oftalmologia.

Esse projeto da Dra. Lúcia Bittar é maravilhoso, junto a todos os companheiros. Eu também quero fazer parte desse entrelaçamento, para que possamos ajudar essa instituição.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu vou encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa. pela paciência, mas o tema é importante. Reafirmo aqui que estamos chamando a atenção exatamente para uma entidade séria, que realiza um trabalho sério, com uma abrangência muito grande e que traz benefício à comunidade de maneira geral.

Ressalto que o Governador, no ano passado, liberou todas as emendas do INTEGRA, que deu cabo a todas as atividades que tinha que realizar.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	10

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda sobre as emendas, eu gostaria de convidar os Deputados ou seus técnicos para nos reunirmos amanhã, às 10 horas, na Liderança do PMDB.

Os técnicos vão fazer uma reavaliação dessas emendas e, se alguma delas for passível de execução antes de 31 de dezembro, o nosso desejo é preservá-la, liberando as demais para que amanhã, com a anuência dos Líderes, possamos votar o primeiro e o segundo turnos para não prejudicar a folha de pagamento da Saúde, Deputado Dr. Charles, e também da Educação. Este crédito suplementar de 182 milhões é para pagamento de servidores da Saúde e da Educação.

Portanto, com a anuência dos Líderes, eu queria que V.Exa. perguntasse se há alguma dificuldade, uma vez feita a reavaliação das emendas, para votarmos o primeiro e o segundo turnos do crédito amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço a indagação ao Plenário se há óbice com relação a essa questão.

Por parte dos Deputados aqui presentes – o Partido dos Trabalhadores está presente, o Deputado Reguffe está presente –, acho que não há objeção, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação aos Deputados para que encerrássemos os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares e Iniciássemos imediatamente a votação. Em especial, em homenagem a uma das grandes figuras públicas deste país, o Dr. Hargreaves, que participou das duas últimas sessões e está aqui nos acompanhando.

Solicito a V.Exa. que comecemos a votação exatamente pelo item nº 3, o item que interessa ao Dr. Hargreaves, que tem vindo nos prestigiar com a sua presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Consulto todos os Deputados se há a possibilidade de passarmos direto à Ordem do Dia para que possamos atender ao pedido do Deputado Alírio Neto, uma vez que ontem produzimos bastante ao abrimos mão dos Comunicados. Quem sabe hoje poderemos fazer a mesma coisa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não gostaria de abrir mão do que eu tenho para falar hoje porque ocupou muito tempo o Deputado Milton Barbosa e eu tenho um assunto que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	11

considero relevante. Eu devia ter falado no dia de ontem, mas como abri mão de falar ontem, quero falar hoje.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também, ontem, deixei de usar a palavra. Portanto, peço para falar hoje.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia usar a palavra no meu momento de fala, mas desde já abrirei mão de falar até para dar uma celeridade maior à sessão.

De uma forma muito rápida, darei uma contribuição à fala do Deputado Milton Barbosa.

Realmente, eu sou solidário a S.Exa. e a toda a comunidade do Riacho Fundo II, no que diz respeito a buscar a regularização daquela cidade.

Existe um misto de propriedade do Governo do Distrito Federal. Uma grande parte é área da União, da Secretaria de Patrimônio da União. Em síntese, já existe uma parte das terras titulada; outra parte ainda está buscando abrir matrícula nos cartórios, razão pela qual ainda não começamos a construir as 5.089 moradias no Riacho Fundo II, um projeto do Governo Federal em parceria com o Governo do Distrito Federal e com 207 cooperativas e associações habitacionais.

Eu queria dizer ao Deputado Milton Barbosa que as cooperativas e as associações habitacionais não são do Deputado Batista das Cooperativas, são do povo, dos associados, dos cooperados. Eu sei que, quando S.Exa. fez essa referência, foi em virtude da bandeira de luta de vida que nós temos, mas eu queria só fazer essa correção.

Além disso, Sr. Presidente, eu queria falar do item nº 15 da pauta, que versa sobre a discussão e votação, em primeiro turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2008, de autoria do Poder Executivo, o PDOT/DF. O Deputado Chico Leite está dizendo que não dá para votarmos hoje. Também acho que não dá para votarmos hoje, não. Eu queria dizer que nós teremos a primeira reunião técnica do PDOT na terça-feira da semana que vem. Será uma reunião técnica com a participação dos líderes, dos relatores, das pessoas que quiserem participar, dos Parlamentares. Desde já, nós gostaríamos de convidar a todos. O nosso líder está aqui, determinando o horário: às 9h da manhã, na terça-feira. É isso, Deputado? É isso.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre essa questão do PDOT, eu queria só dizer para os Parlamentares que hoje eu estava indo para uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da qual V.Exa. faz parte, lá no Riacho Fundo, e ouvi na rádio CBN um debate entre o Secretário de Transporte, Deputado Federal Alberto Fraga, e alguns professores da UnB. Eu concordo que não há condições de votarmos o PDOT, mas nem hoje nem na terça-feira. Não há condições de votarmos neste ano porque o Secretário de Transporte, Alberto Fraga, disse que não conhece o PDOT e nem as 28 áreas que estão sendo criadas. Por isso, ele não tem condições de dizer como é que vai ficar a questão do trânsito e do tráfego no Distrito Federal como um todo.

Eu queria perguntar, Sr. Presidente, como é que se tem um PDOT que nem o Secretário de Transporte, de primeiro escalão, de uma área tão vital, conhece? Essas áreas construídas, como a do Catetinho e outras, vão afetar o transporte público de toda a sociedade do Distrito Federal. Se ele não conhece, quem é que conhece? Então, não há a mínima condição de votarmos o projeto nem na próxima terça-feira e nem neste ano.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que o Deputado Geraldo Naves tem o que dizer. Aliás, S.Exa. sempre tem o que falar, sempre é oportuno, com um debate profícuo, da sua maneira, duro em alguns temas. Eu sei que o Deputado Dr. Charles tem debates a fazer, debates esses também sempre profícuos. Aliás, Deputado Dr. Charles, eu trago notícias. Eu soube que também V.Exa. esteve na Praça do Bicalho. Eu quero me unir a V.Exa. Eu quero pedir, se o Administrador Benedito Domingos ou se o Governador Arruda estiverem me escutando, que seja melhorada a segurança da Praça do Bicalho. É preciso que se façam as reformas que nós postulamos há tanto tempo, Deputado Dr. Charles, para aquela praça, que é uma praça histórica e que já faz parte da vida do povo de Taguatinga e do povo do Distrito Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, se os Líderes não se opuserem, que nós votássemos o Item nº 3, que trata de pedido do Deputado Alírio Neto, e o segundo turno do Item nº 7. Depois passaríamos a esse comunicado. Sei que é um comunicado sempre profícuo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O item nº 3 não tem condição de ser votado agora, porque não há os 16 votos requeridos, que são de maioria absoluta.

DEPUTADO CHICO LEITE – Há. É o Item nº 3 mesmo. É o pedido do Deputado Alírio Neto. Trata-se dos itens nºs 3 e 7.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há, sim. Está certo, não é requerido *quorum* qualificado, não. Se os Líderes e os Deputados concordarem, eu colocarei os dois itens em votação.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui unir-me ao nobre Deputado Chico Leite, que tem ido muito a Taguatinga, em especial à Praça do Bicalho. Espero que S.Exa. realmente contribua sempre, como tem feito, e não vá, realmente, abraçar os nossos votos lá.

Um abraço, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Ao contrário. Eu tenho feito o debate para nos unirmos todos em prol da Praça do Bicalho, daquele povo bom de Taguatinga, daquela turma extraordinária que só faz o bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deixe-me fazer uma consulta ao Plenário. A votação dos dois itens solicitados necessita de 13 votos. Temos neste instante 14 Deputados presentes. O item nº 7 necessita da maioria simples. Nós poderíamos votá-lo e, em seguida, continuaríamos a falação em forma de questão de ordem. Concederíamos a palavra aos Deputados que quisessem fazer uso da palavra. Regimentalmente não podemos conceder a palavra de outra forma, apenas como questão de ordem.

V.Exa. concorda, Deputado Geraldo Naves?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão a V.Exa. É possível e o Regimento Interno admite — eu perguntei ao nobre regimentalista Itamar a respeito dessa possibilidade e consultei também a nossa assessoria — fazermos a votação dos dois projetos que são os únicos e, em seguida, passarmos para o Grande Expediente. Então, abríamos os debates com a maior tranquilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ocorrendo isso, não poderíamos mais votar nenhuma outra matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	14

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, na realidade, o que o Deputado Leonardo Prudente quer é que façamos um debate para sabermos qual o tema será votado amanhã. Essa é a proposta de S.Exa., o Deputado Leonardo Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, os Parlamentares pediram que hoje votássemos os projetos dos Deputados. Inclusive o pedido de V.Exa. se refere a projetos de Deputados, não é isso?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sim. Mas foi uma postulação do Deputado Milton Barbosa ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Erika Kokay também pediu que colocássemos em pauta um projeto de sua autoria para ser apreciado, mas o projeto da Deputada está pensando ao projeto do Executivo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Perfeitamente, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos deixar os dois Deputados falarem, pois assim ficaremos livres para iniciarmos a votação da pauta.

DEPUTADO CHICO LEITE – Tudo bem, Sr. Presidente. Afinal, o que vale é a finalidade e a causa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fiz questão de falar agora porque acredito que a missão de cada Deputado é estar aqui para votar. Não deveria haver apenas 14 Deputados presentes, mas, sim, 24. Todos deveriam estar aqui e marcar presença.

O que tenho para falar é tão importante quanto qualquer assunto que foi discutido aqui hoje. É muito assustador o abandono à cultura no Distrito Federal. Fiquei muito triste e vou usar uma frase que não gostaria de usar, mas a cultura em Brasília está "às moscas". Vou citar um exemplo, Deputada Erika Kokay. O Espaço Cultural Renato Russo, mais precisamente o Teatro Galpão, que fica dentro do espaço Renato Russo, está "às moscas". Há gambiarras em todos os lugares, há fios em todos os lugares, cadeiras em cima de grades, amarradas. Há um mau cheiro horrível dentro do Teatro. Não há iluminação e nem as mínimas condições de receber absolutamente ninguém. Aliás, na peça "Águas de Rio Verde", que conta a história das lavadeiras de Rio Verde, o Teatro estava precário. Os artistas não tiveram espaço para os ensaios. O assunto da cultura não interessa a ninguém porque não há nenhum Deputado prestando atenção ao meu discurso, a não ser a Deputada Erika Kokay. Para o restante parece que a cultura não interessa. O que interessa é falar do jogo São Paulo e Goiás, com o ingresso custando R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Eu quero que Goiás e São Paulo joguem em Luziânia para ser um debate da Câmara de Vereadores daquela cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	15

Sr. Presidente, a cultura no Distrito Federal está "às traças". Está "às traças". Falam em um aluguel de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de um estádio – falou-se disso aqui. Mas com R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) resolve-se o problema do Teatro, reforma-se o Teatro para que os artistas possam se apresentar. Os *Melhores do Mundo*, que se apresentavam todas as segundas-feiras, já foram embora para o Rio de Janeiro; está todo mundo lá se apresentando, os grandes artistas. Depois, voltam para Brasília e o que recebem aqui? Nada. Não têm infraestrutura, não têm como se manterem, não têm como se apresentarem, não têm um local adequado. E quando se fala de cultura, evidentemente, não interessa a ninguém. Só interessa balela na época da política e para fazerem determinados comentários.

Qual o artista ou a artista de Brasília que, para sobreviver neste mundo, não teve que percorrer uma torre de televisão carregando um chapeuzinho na mão para tirar um troco? O Deputado Milton Barbosa falou durante 40min e eu prestei atenção a tudo. Mas quando eu falo de cultura, S.Exa. não dá o mínimo de atenção para mim. A cultura do Distrito Federal está um lixo; a atenção à cultura, não a cultura. A cultura é rica, nós temos valores.

O Pólo de Cinema está abandonado. Ninguém olha para ele. Eu gostaria apenas de fazer o meu protesto quanto à atenção à cultura, independentemente de governo. Eu sei que há alguém assistindo à sessão. Quem é responsável pela cultura no Distrito Federal? Com todo respeito, você ou vocês, não sei de que sigla, são Incompetentes.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabênizo o Deputado Geraldo Naves, que com muita propriedade formulou um juízo de valor sobre a cultura. Exatamente S.Exa., que é de um ramo da área da cultura. S. Exa. está de parabéns e está muito zangado hoje. Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, vim aqui nesta tarde para falar sobre a questão da logomarca da ELEGIS – Escola do Legislativo do Distrito Federal.

Nesta tarde, quero destacar que o Poder Legislativo é a principal instância de afirmação da soberania popular. Nessa visão, assumimos não só nosso primeiro mandato, como também a Terceira Secretaria desta Casa de leis.

O ambiente era de expectativa por mudanças e isso estava evidenciado pela renovação de 54% dos Parlamentares, o que demonstrava o desgaste público-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	16

político decorrente de uma série de denúncias, fundadas ou não, que comprometiam a imagem da instituição perante toda a comunidade do Distrito Federal.

Os princípios basilares da democracia, a independência e a harmonia entre os poderes Legislativo e Executivo, estavam comprometidos em face deste desgaste.

Esta Legislatura, com o apoio de todos os Deputados e dos servidores, vem conseguindo reverter esta situação quanto à Imagem do Poder Legislativo do Distrito Federal.

Por iniciativa nossa, foi criada a Escola do Legislativo – ELEGIS, que além de permitir aos nobres Deputados a oportunidade de debater com a comunidade diariamente as atividades de Parlamentares, ainda propicia que todos os setores da comunidade tenham conhecimento do nosso trabalho, podendo, assim, avaliar o desempenho de cada Parlamentar nesse espaço democrático.

No tocante ao aprimoramento dos servidores desta Casa de leis, foram realizados convênios, parcerias e contratos com instituições nacionais, como o Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados – CEFOR, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e a Faculdade Fortium. Esses convênios e parcerias serviram para aprimorar os conhecimentos técnicos de todos os servidores e acabaram refletindo nos trabalhos legislativos.

Em face da grande aceitação da comunidade, dos Parlamentares e dos servidores, realizamos um grande concurso nacional para a escolha da logomarca da ELEGIS. Participaram desse concurso 96 projetos, enviados por 49 autores do Distrito Federal e de 12 estados da Federação: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Roraima, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

A logomarca vencedora, que contou com a maior nota por parte de todos os membros presentes à sessão do julgamento, é um símbolo gráfico que identifica a Escola do Legislativo do Distrito Federal de maneira simples, objetiva e com originalidade, respeitando as especificações técnicas constantes do edital.

De acordo com o memorial descritivo apresentado pelo autor, os elementos utilizados para a criação da identidade da ELEGIS partem do formato do símbolo usado pela Câmara Legislativa, sem evidenciá-lo, como se pode perceber na parte central. O elemento inferior em azul, de forma estilizada, representa um livro aberto, que simboliza conhecimento, informação e sabedoria, missão da ELEGIS para com a sociedade brasileira. Os segmentos em amarelo e verde, de forma sinuosa e de grande expressão na arquitetura de Brasília, juntamente com a esfera laranja, representam uma pessoa lendo. A esfera, como elemento isolado, representa o sol, simbolizando fonte de calor, de energia, esperança e um novo desafio que a Escola terá com a sociedade. No conjunto, a peça expressa equilíbrio, harmonia, leveza e é de fácil identificação. O autor dessa logomarca é Dumont Camêlo Melo. Dumont é um jovem de apenas 18 anos, residente em Boa Vista, Roraima, estudante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	17

universitário de Sistema de Informação, e merece o nosso reconhecimento e os nossos aplausos. Os nossos maiores elogios por sua capacidade de sintetizar uma idéia de maneira tão original e criativa e o prêmio de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) oferecidos pela Escola do Legislativo. Parabéns, Dumont!

A Escola do Legislativo, somada com a atuação de cada um dos nobres Deputados e dos servidores, além de melhorar significativamente a imagem desta Casa Legislativa, ainda está fomentando a independência e a harmonia entre os poderes do Distrito Federal.

A Independência de um poder é a conquista e a manutenção de sua soberania política e econômica, podendo ser absoluta ou relativa. A independência absoluta do Poder Legislativo é nosso objetivo e creio que de todos os membros desta Casa Legislativa, pois o mandato não nos pertence, mas, sim, àqueles que nos confiaram para representar os interesses da sociedade em cada voto, quer seja neste plenário, quer seja nas comissões. Se o fizermos bem, as urnas reconhecerão esse fato. Caso contrário, faremos parte do percentual de renovação.

Por fim, cito um dos maiores políticos que o Brasil conheceu: Ulysses Guimarães: "Política não se faz com ódio, pois não é função hepática. É filha da consciência, irmã do caráter, hóspede do coração. Eventualmente, pode até ser açoitada pela mesma cólera com que Jesus Cristo, o político da paz e da justiça, expulsou os vendilhões do templo. Nunca com a raiva dos invejosos, maledicentes, frustrados ou ressentidos. Sejamos fiéis ao evangelho de Santo Agostinho: 'ódio ao pecado, amor ao pecado. Quem não se interessa pela política não se interessa pela vida'".

Quis passar esse recado a V.Exas. porque foi muito interessante. O Brasil inteiro participou desse concurso para eleger a melhor logomarca da ELEGIS e ganhou um garoto de 18 anos. Parabéns a você, Dumont, onde você estiver aí em Roralma. Quanto a nós, estaremos cada vez mais prontos a trabalhar pela Escola do Legislativo, que representará um legislativo mais forte, mais transparente e mais aberto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que a pauta seja iniciada conforme o deferimento que V.Exa. deu ainda há pouco, quer dizer, pelos itens nºs 3 e 7.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para não ficar utilizando instrumentos indevidos para emitir um comunicado, fiz a opção de utilizar o período destinado aos Comunicados de Parlamentares.

Então, eu gostaria de comentar o que foi aqui discorrido pelo Deputado Geraldo Naves, que tem o meu absoluto apoio. É muito paradoxal que se tenha um gasto de 12 milhões com um jogo de futebol e que não se tenha efetivamente uma política de esporte e uma de cultura. Eu lembro que, quando inauguramos o Teatro dos Bancários, na ocasião eu era Presidenta do Sindicato, nós trouxemos a Fernanda Montenegro. Naquela ocasião, o Governador era o Senador Cristovam Buarque. E, ao conversar com Fernanda Montenegro, ela disse: "Bom que o senhor é Governador, porque eu gostaria de falar com o senhor e com todos os Governadores. Sempre se diz que segurança, saúde e educação são prioridades, por isso nunca se prioriza a cultura. Então, nós nos sentimos absolutamente tranquilos ao atestar que se a saúde, a educação e a segurança não andam bem, a culpa não é da cultura". Então, a Fernanda Montenegro expressou muito claro como não se tem uma noção exata da importância de uma política cultural. Uma política cultural não apenas produtora de eventos, porque não somos máquinas de assistir. Nós, seres humanos, somos pessoas que têm a capacidade de criar. E só os seres humanos fazem cultura. Não há nenhuma experiência no mundo, nem neste país tão cindido pela desigualdade social, com o seu próprio imaginário cindido, que não tenha enfrentado a violência – sem possibilitar que meninos e meninas se sintam com poder, como fazedores e como sujeitos culturais que somos, cada um e cada uma de nós –, violência esta que faz com que não se sintam com identidade. A cultura resgata identidade, resgata local, resgata existência, resgata paradigmas. Não existe nada que possa se contrapor ao fato de o menino querer visibilidade com um arma na mão ou buscar uma identidade através de gangues, a não ser profundos movimentos culturais que dêem espaço de fala e publicidade a esses espaços, falas culturais.

Então, Deputado Geraldo Naves, eu estou absolutamente de acordo com o que V.Exa. expôs aqui e sugiro, se V.Exa. estiver de acordo, que façamos uma visita a esse espaço e um relatório detalhando como anda o espaço, um dos mais importantes da cidade, que carrega o nome de um cronista de Brasília, cronista de uma geração que simboliza a fertilidade deste chão, de Brasília, que não é só capital do *rock*, mas também é capital do forró, mas também é capital do *rap*, mas também é capital de tantas expressões, das follas, enfim, carrega o tradicional e o novo irmanados e em diálogo de perfeita harmonia. Sugiro que façamos ali uma inspeção para emitir um relatório desta Casa sobre esse espaço, porque isso nos cabe, a fim de exigirmos uma política cultural que nos faça desvendar o que tantas vezes está encoberto, desvendar a condição de sujeitos culturais que nós somos. Por aí há uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	19

transversalidade imensa, aí trabalhamos com tudo aquilo que nos desumaniza, e o preconceito nos desumaniza, porque tira do outro a condição humana, faz com que a gente perca a noção de humanidade.

Por fim, eu também gostaria de falar que é preciso – e já conversei sobre isso com o Deputado Cristiano Araújo, relator do Orçamento – corrigirmos algumas distorções absolutamente cruéis, cometidas contra as pessoas que moram nesta cidade, que estão na proposta orçamentária. Não temos praticamente nada ali estabelecido para que tenhamos uma política de atendimento às crianças e aos adolescentes desta cidade. Temos apenas 0% para a liberdade assistida, que é medida em meio aberto para adolescente autor de ato infracional. É preciso que se diga que um adolescente em liberdade assistida custa em média, nacionalmente, R\$ 400,00 (quatrocentos reais); um adolescente em internação nos CAJEs e CIAGOs custa por volta de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); aqui em Brasília, R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais). Para além disso, a liberdade assistida aborda o adolescente na sua comunidade, na sua família, no começo de uma vida de infração. As políticas de prevenção são as mais importantes, são as que têm mais eficácia para que esse adolescente possa rever sua trajetória e conviver harmoniosamente com a sociedade.

Nós não queremos estar abaixo do marco civilizatório, nem mergulhados na barbárie, como está prestes a acontecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Esta Presidência informa que o Deputado Alfriso Neto solicitou que fosse apreciado o Item nº3.

Indago à Deputada Erika Kokay se o substitutivo está pronto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, eu não vejo aqui o Deputado Raad Massouh. (Pausa) A assessoria do Deputado Raad Massouh, que não está presente neste momento, diz que não há nenhum problema em que seja votado o projeto apresentado por esta Casa que inclui o outro projeto, inclusive, e tem algumas imperfeições. Mas o substitutivo já está elaborado; o Deputado Raad Massouh, como me informa a assessoria, apenas sugere que seja nomeado outro relator da mesma comissão. O substitutivo já está elaborado, segundo as informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já está no projeto?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Já está no projeto. O substitutivo foi elaborado ontem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Presidente desta Casa pediu que o item nº 3 fosse o primeiro a ser apreciado; em seguida, o item nº 7, projeto do Deputado Chico Leite, e o item de V.Exa. em seguida.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, ontem houve um acordo para que o primeiro item da pauta de hoje fosse esse projeto. Não há nenhum impedimento de fazermos como V.Exa. sugere, mas tenho uma preocupação. Esse projeto tramita nesta Casa desde o dia 11, e já sofremos um desgaste desnecessário, porque poderíamos ter corrigido o que saiu desta Casa por vias transversas. Vamos votá-lo quando o Executivo encaminha um projeto para corrigir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, indago a V.Exa. se podemos apreciar primeiramente o item nº 3, do Deputado Alírio Neto, e em seguida o projeto da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sem problema.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a esse “zum zum zum” sobre a eleição da Mesa, assunto que está sendo discutido nesta Casa, eu queria apenas fazer uma observação. Eu espero que os candidatos à Presidência desta Casa coloquem propostas, projetos, que não fique uma discussão apenas em torno de nomes, mas em torno de projetos para a Câmara Legislativa.

Eu espero que os candidatos, na semana que vem, depois de se pronunciarem, coloquem junto com o seu nome as suas propostas para a Câmara e qual é o seu projeto. No meu caso particular, pretendo nortear meu voto pelas propostas que os candidatos vão apresentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Bem lembrado, Deputado Reguffe.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para complementar as palavras do Deputado Reguffe, lembro que a bancada do Partido dos Trabalhadores, na votação do início desta Legislatura para escolha da Mesa Diretoria, fez uma proposta para a Câmara Legislativa, criando mais autonomia e melhorando a imagem da Casa. Foi feita uma coletiva, como sempre se fez. Até segunda-feira, vamos apresentar uma proposta da bancada do Partido dos Trabalhadores que visa à melhoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sem priorizar nomes.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me solidarizar com os Deputados Reguffe e Cabo Patrício para que, de fato, paralelamente ou concomitantemente à discussão de nomes, trate-se de um projeto para a Câmara, que é fundamental.

Este ano foi pródigo em exemplos que não devem pontificar com a próxima Mesa Diretora. Refiro-me àquele que considerarei mais grave, a supressão do processo legislativo. Total supressão!

As comissões só trabalharam em projetos que não demandavam discussão. Quando havia uma discussão maior, em vez de ir para as comissões, todos esses projetos vieram diretamente para o plenário ou então a chamada sala do PSDB, que, embora com propósito nobre, transformou-se nas comissões. Na supressão, as comissões passaram a se chamar sala de reunião do PMDB, com os assessores de todos os Deputados para discutir os projetos, quando o foro seria aquele que o Regimento Interno impõe.

Então, espero que isso seja absolutamente restaurado. As urgências serão tratadas como urgências, todos nós reconhecemos. Mas não se pode transformar o que é normal em exceção.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu creio que é importante que possamos conhecer as plataformas de todos os candidatos, mas não só deles, como também dos partidos, ainda que não estejam disputando a Presidência da Casa – seguramente, terão sua representação na Mesa.

Então, sugiro que os candidatos e os partidos, na próxima quarta-feira, apresentem aos Parlamentares as suas propostas, para que possamos decidir acerca da composição da Mesa Diretora com base em propostas.

Obviamente, as propostas, por si sós, têm que ter concretude. É preciso que haja agentes que tenham história para poder implementá-las. Obviamente que todos os Deputadas desta Casa – parece-me – reúnem essas condições, mas que possamos conhecer as propostas! Sugiro que, na quarta-feira, os candidatos apresentem aos Parlamentares suas propostas para a Câmara Legislativa. Até porque acho que há um grande desafio posto. Posto sempre, posto desde a República, posto desde os estertores da ditadura militar, que é a independência do Poder Legislativo. Isso tem que ser contemplado, obviamente, em todas as propostas.

Sugiro isso, se me permite V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi a reivindicação dos Deputados Reguffe, Cabo Patrício e Erika Kokay. Eu gostaria de informar a V.Exa. e aos demais Deputados que, com a volta dos titulares para votar a Mesa Diretora, os Deputados suplentes, que voltarão depois, estão mais adiantados.

Eu gostaria de dizer que lá na bancada dos suplentes – nós somos seis e já elaboramos a relação, Deputado Reguffe – ouvimos as propostas dos candidatos à Presidência. Teremos, no próximo ano, presidente do suplente e vice-presidente do suplente! Estamos entre dois nomes: os Deputados Bispo Renato e Berinaldo Pontes. Estamos bem adiantados e escutando as propostas. Há um projeto muito bonito. Discutimos a questão ontem, na galeria do Lago Norte, e continuaremos discutindo. Esperamos a volta dos titulares. Estamos bem adiantados na discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a anuência do Plenário, gostaríamos que V.Exa. suspendesse a sessão por cinco minutos para ouvirmos os representantes do INTEGRA, o Secretário de Planejamento e o Chefe da Casa Civil quanto às necessidades do Governo, especialmente sobre os créditos suplementares.

Gostaríamos que V.Exa. suspendesse a sessão, mas com a garantia do retorno dos Deputados, pois há uma pauta extensa para votarmos hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência gostaria de ouvir a opinião do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aqui sempre para construir. Vossa Excelência nunca encontrará, deste modesto Parlamentar, a disputa por vaga de estacionamento. Não há problema em ouvir as ponderações e os debates, mas que nos comprometamos a voltar para votar os três itens. Isso é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tenha a certeza de que estarei aqui também.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ex-Ministro Henrique Hargreaves está nesta Casa. Por uma questão de gentileza, poderíamos votar o projeto, e os Deputados dizerem “sim” ou “não”, de acordo com a consciência de cada um. Deveríamos votar o projeto para não fazê-lo esperar. Ele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	23

está aqui desde cedo. Seria uma questão de delicadeza. Acho que todos os projetos deveriam ser votados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, concordo com V.Exa., mas, assim como o Líder do Governo, vamos nos comprometer a retornar daqui a pouco. A pauta é muito extensa. Vamos votar todos os projetos.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 16h47min, a sessão é reaberta às 18h14min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Berinaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "estende uso e atividades para o Lote B da QI 15 do Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, na Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 03/12/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEF CAS CDDH CDEP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 72/08
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____
- VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	-			X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	-			X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	-			X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	-			X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	-			X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	19			05	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Dr. Charles

ASSINATURA <u>Charles</u>	CONSOLIDADO POR <u>1384</u>	ASSP/ _____ Nº _____ / _____
	MAT. _____	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para dar agilidade ao processo legislativo, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "estende uso e atividades para o Lote B da QI 15 do Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, na Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 299, de 2007, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, na página da Internet da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e no Diário Oficial do Distrito Federal, do CIDHAB – Cadastro de Inscritos de IDHAB, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 5 ausências.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	25

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. da satisfação que sinto. Tive agora os parabéns do Deputado Milton Barbosa, que foi secretário de solidariedade acerca do que significa este projeto para o Distrito Federal. Ele significa a transparência efetiva para que todos os cidadãos e cidadãs do Distrito Federal possam conferir, não apenas as autoridades, todos os beneficiários dos programas habitacionais – todos, inclusive os membros das cooperativas –, bem como todos os programas sociais. Isso, Sr. Presidente, é a consolidação, nesse particular, do Estado Social Democrático de Direito. Esta Casa dá um passo em direção a mais uma contribuição para o Distrito Federal.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 299, de 2007, de autoria do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, na página da Internet da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e no Diário Oficial do Distrito Federal, do CIDHAB – Cadastro de Inscritos de IDHAB, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para as áreas destinadas à implantação do projeto socioeducativo das vilas olímpicas no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	26

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 03/12/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESC CTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 57/107
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	20			04	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. DR. C. H. M. L.

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para as áreas destinadas à implantação do projeto socioeducativo das vilas olímpicas no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.026, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual Do Distrito Federal, no valor de R\$ 88.800.000,00 (oitenta e oito milhões e oitocentos mil reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	28

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.026, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual Do Distrito Federal, no valor de R\$ 88.800.000,00 (oitenta e oito milhões e oitocentos mil reais)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.088, de 2008, que "trata do Crédito Suplementar no valor de R\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões), para pagamento dos servidores da Saúde e da Educação. Solicito, também, a inversão de pauta para o item nº 44, que é o Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o convênio ICMS nº 130/2008, de 25 de novembro de 2008, que trata do parcelamento do ICMS das compras natalinas". Esse projeto foi solicitado pelo Fórum do Setor Produtivo à Secretaria de Fazenda. Todos os anos, aprovamos esse importante decreto legislativo nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse na Ordem do Dia de hoje a Moção nº 303, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	29

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 303, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, "que parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade idosa do Distrito Federal, especialmente de Planaltina, as pessoas que menciona".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a aquiescência do nosso Líder proeminente, eu gostaria de pedir preferência e uma inversão de pauta para apreciarmos o item nº 23, que trata da discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.093, de autoria do Poder Executivo, que "reestrutura a carreira de atividades complementares em segurança pública", resumindo, para uma carreira do IML.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Qual é o item, Deputado Milton Barbosa?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – É o item nº 23. Já veio do Governo preparado e não temos nada a opor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, o item nº 44 está pronto para ser votado? O do convênio do ICMS? (Pausa.) Logo após, apreciaremos o item solicitado pelo Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, o item nº 23 versa sobre as atividades complementares de segurança pública, que são os auxiliares de necropsia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 43:

Apreciação e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 32/08, oriundo da Mensagem nº 410/08, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o convênio ICMS nº 130/2008, de 25 de novembro de 2008".

A matéria não tem parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	30

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Informo ao Sr. Relator que o parecer deve concluir pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo, instrumento legislativo necessário para a homologação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que posteriormente V.Exa. também chamasse para votação o item nº 39, referente a esta Casa, o FASCAL. Já há acordo com a Liderança do Governo, Deputado Leonardo Prudente, para que ele entre na pauta e seja votado ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 32/08, oriundo da Mensagem nº 410/08, de autoria do Poder Executivo, que “homologa o convênio ICMS nº 130/2008, de 25 de novembro de 2008”, na forma de projeto de decreto legislativo.

Somos pela aprovação e pelo seu acatamento no âmbito desta Comissão.

É o parecer.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria que S.Exa., o Deputado Berinaldo Pontes, lesse o inteiro teor do Projeto de Decreto Legislativo, para tomarmos conhecimento do convênio que vai ser firmado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Berinaldo Pontes, solicito a V.Exa. que faça a leitura do item.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – “Projeto de Decreto Legislativo nº ____, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o Convênio de ICMS 130, de 2008, de 25 de novembro de 2008.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	31

Art. 1º Fica homologado o Convênio ICMS 130/ 2008, que autoriza o Distrito Federal a prorrogar o prazo de pagamento do ICMS devido por contribuintes dedicados ao comércio varejista, relativo aos fatos geradores do mês de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.”

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Informo que o Projeto de Decreto Legislativo recebeu o número 255, de 2008.

Item nº 44:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, oriundo da Mensagem nº 410/08, de autoria do Poder Executivo, que “homologa o convênio ICMS nº 130/2008, de 25 de novembro de 2008”.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, oriundo da Mensagem nº 410/08, de autoria do Poder Executivo, que “homologa o convênio ICMS nº 130/2008, de 25 de novembro de 2008”.

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	32

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 03/12/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEF CAS CDDHCEDP CAP CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 255/08
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): CEF Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	17			01	

**P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Dr. Charles

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) — A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, oriundo da Mensagem nº 410/08, de autoria do Poder Executivo, que “homologa o convênio ICMS nº 130/2008, de 25 de novembro de 2008”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Atendendo à solicitação da Deputada Erika Kokay e do Deputado Cabo Patrício, passaremos à apreciação do item nº 33, conforme acordado na tarde de ontem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de apreciarmos o item nº 33, não deveríamos apreciar o item nº 23? Por uma questão de seqüência numérica...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, desde ontem estava acordada a apreciação do item nº 33 como primeiro item da Ordem do Dia de hoje.

Item nº 33:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	34

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.068, de 2008, de autoria dos Deputados Cabo Patrício, Erika Kokay, Paulo Tadeu e Reguffe, que "altera a Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que institui a semana distrital de prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.094, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.235, de 30 de outubro de 2008, que institui a semana distrital de prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências".

A proposição não tem pareceres e recebeu o seguinte substitutivo:

OK



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

01/2008

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1068 2008

(De vários Deputados)

Altera a Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que "Institui a Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis" e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art.1º. A Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que "Institui a Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis" passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída a Semana Distrital de Ações de Prevenção da Infecção pelo vírus HIV, da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS, e pelas Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis-DST, com ações a serem desenvolvidas nos estabelecimentos públicos de ensino e de saúde, nas repartições públicas, nas unidades do Sistema Prisional e em outros locais indicados pelas autoridades sanitárias competentes.

Parágrafo único. A programação das ações a serem desenvolvidas durante a Semana a que se refere esta Lei será feita em conjunto com a Gerência de Doenças Sexualmente Transmissíveis, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Art. 2º Serão abordados, no decorrer da semana, entre outros, os seguintes temas referentes à infecção pelo vírus HIV/AIDS e pelas demais doenças sexualmente transmissíveis:

- I – conceituação de infecção pelo HIV, AIDS e DST;
- II – diferenças entre infecção pelo HIV e AIDS;

[Handwritten signature]

Assessoria de Planejamento
Recebido em 25/11/08 às 19h
K 17932
Assinatura

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]



III – formas de transmissão do HIV e demais DST;

IV – sinais e sintomas da AIDS e demais DST;

V – medidas preventivas da infecção pelo HIV e demais DST;

VI – aspectos histórico-sócio-culturais da infecção pelo HIV e AIDS;

VII – direitos e garantias assegurados às pessoas acometidas de AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como os esclarecimentos necessários visando orientá-las sobre como devem proceder para que possam fazer uso de tais direitos;

VIII – legislação e recursos assistenciais, governamentais e não-governamentais referentes à Infecção pelo HIV/AIDS e demais DST.

Parágrafo único. O desenvolvimento dos temas enumerados neste artigo será orientado no sentido de combater o preconceito e a discriminação em relação às pessoas acometidas pelo vírus HIV/AIDS e demais DST, e, ainda, de disponibilizar e discutir com as pessoas interessadas e população em geral assuntos inerentes ao HIV/AIDS e DST.

Art. 3º Na semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis, deverá ser realizada campanha incluindo, entre outras atividades:

I – promoção de palestras, debates e oficinas;

II – divulgação educativa por meio da imprensa;

III – divulgação educativa na contracapa dos livros didáticos indicados para alunos dos Ensinos Fundamental e Médio;

IV – confecção e distribuição de Impressos relacionados com o objetivo da campanha;

V – exibição de filmes, realização de debates e apresentação de depoimentos;

VI – distribuição gratuita de preservativos e outros insumos indispensáveis à prevenção de danos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, em consonância com a política de redução de danos do Ministério da Saúde, a ser feita por profissionais treinados e vinculados ao serviço público;



VII – orientação aos familiares e demais pessoas que convivem com indivíduos que estejam vivendo com HIV/ AIDS, incluindo ações em ambientes de trabalho e escolas;

VIII – orientação às gestantes sobre a transmissão do HIV e das demais DST, em especial sobre as os procedimentos necessários para assegurar a redução da transmissão vertical do HIV e sífilis.

Art. 4º A Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis de que trata o art. 1º desta Lei será realizada anualmente no decorrer da última semana de novembro.

Parágrafo único. Nessa data, as repartições públicas promoverão eventos voltados para a conscientização sobre a AIDS e as demais doenças sexualmente transmissíveis.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.”

Justificação

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de suprimir do texto da Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que “Institui a Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis” alguns dispositivos como, por exemplo, os incisos VII, VIII, IX e X do art. 5º, por contrariarem frontalmente preceitos constitucionais, que asseguram a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas, por considerá-los como direitos e garantias individuais fundamentais.

Registre-se que a Constituição Federal inclui, de forma expressa entre os objetivos da República Federativa do Brasil, o de promover “o bem de todos,



vedando qualquer forma de preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação.

Tais dispositivos caracterizam inaceitável violação dos direitos humanos básicos, razão pela qual não podem ser aceitos pela sociedade, impondo-se, portanto, a sua urgente supressão do ordenamento legal do Distrito Federal.

Deve ser mencionado que as práticas discriminatórias e que atentam contra a intimidade e a vida privada das pessoas referem-se particularmente à imposição da chamada "testagem mandatária" de detentos, assim como no que se refere a exigência de testagem de pacientes "potencialmente contaminantes" em qualquer ambiente hospitalar.

Ressalte-se além disso que a Lei ora alterada gera uma despesa expressiva para os cofres públicos do Distrito Federal na medida em que passa remunerar pelo valor unitário de 14 dólares cada exame feito por uma empresa estrangeira, para utilização de uma tecnologia que sequer é validada pelo Ministério da Saúde e que, portanto, não merece sob os aspectos clínicos e médicos qualquer credibilidade. Isso tudo, apesar de existir uma exame com eficácia comprovada e reconhecida pelo Ministério da Saúde, e pelo qual o Distrito Federal é ressarcido em R\$ 1,00 por cada exame realizado.

Por fim, os arts. 4º e 5º estão sendo suprimidos por terem caráter autorizativo, o que contraria a Lei Complementar nº 13, de 1996.

Isso posto, e considerando a inegável importância da matéria em pauta, espero contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, de novembro de 2008.

Erika Kokay
ERIKA KOKAY

DEPUTADA DISTRITAL - PT/DF



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde às proposições, na forma do substitutivo.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.068, de 2008, de autoria dos Deputados Cabo Patrício, Erika Kokay, Paulo Tadeu e Reguffe, que "altera a Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que 'Institui a semana distrital de prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências'", em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.094, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que 'institui a semana distrital de prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências'".

No âmbito desta Comissão, o parecer é favorável à matéria na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde . (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Educação e Saúde está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.068, de 2008, de autoria dos Deputados Cabo Patrício, Erika Kokay, Paulo Tadeu e Reguffe, que "altera a Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que 'Institui a semana distrital de prevenção da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	36

Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.094, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 4.235, de 30 de outubro de 2008, que institui a semana distrital de prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências”.

O que ocorreu na Casa, dentro da técnica legislativa, foi a apresentação de um substitutivo, unindo as idéias constantes nos 2 projetos, dando corpo a um só documento legal, a um só escopo de lei, como deveria de fato acontecer. Ele atende a todas as exigências. Trata-se de uma matéria que, embora nunca tenhamos discutido o mérito, é da maior relevância e, sob o ponto de vista da constitucionalidade, ele atende perfeitamente os requisitos, porque todas as pessoas têm o direito ao acesso ao tratamento de saúde, qualquer que seja a doença apresentada.

Somos pela admissibilidade, Sr. Presidente, nos termos do substitutivo que reúne os dois projetos em tramitação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ ao substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.068, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o substitutivo permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O substitutivo está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	37

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia pedido preferência ao Item nº 23. Mas nós acordamos apreciá-lo amanhã. Portanto, eu retiro o pedido que fiz anteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 39:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 67, de 2008, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o programa de recuperação de créditos do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 67, de 2008, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o programa de recuperação de créditos do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Sr. Presidente, no âmbito da Mesa Diretora, somos de parecer favorável.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Mesa Diretora. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	38

Orçamento e Finanças ao Projeto de Resolução nº 67, de 2008, de autoria da Mesa Diretora, que "institui o programa de recuperação de créditos do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL".

Sr. Presidente, não foi apresentada nenhuma emenda ao referido projeto. Portanto, não temos nada a opor. Somos pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Muito obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na ausência da Deputada Eurides Brito, a Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 67, de 2008, de autoria da Mesa Diretora, que "institui o programa de recuperação de créditos do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL".

Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, as normas administrativas da Casa, a questão da Lei Orgânica e todo o arcabouço jurídico, somos pela admissibilidade do presente projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 67, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Cristiano Araújo solicita a apreciação do veto referente ao item nº 1. V.Exa. abre mão de apreciarmos o crédito agora?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, podemos apreciar o crédito; em seguida, o primeiro turno do item nº 20, referente à contratação temporária, um substitutivo sobre o qual já há acordo; depois apreciaremos o veto. Seriam apreciados, portanto, o crédito, que é item extrapauta, o item nº 20 da pauta e o item nº 1, que é o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

O item nº 2, de autoria do Deputado Dr. Charles, é um PDL.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se possível, solicito que seja apreciado ainda hoje o Item nº 38, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raad Massouh, se houver acordo entre os demais Parlamentares, esta Presidência não vê dificuldades em acatar a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.088, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	40

do Distrito Federal no valor de R\$ 182.458.463,00 (cento e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Informo que foram apresentadas 3 emendas. O parecer deve ser apresentado ao projeto bem como às emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.088, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 182.458.463,00 (cento e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Foram apresentadas 3 emendas: Emenda Aditiva nº 1, do Deputado Alírio Neto – remanejamento de verbas; Emenda Supressiva nº 2, do Deputado Alírio Neto; e Emenda Supressiva nº 3, do Deputado Brunelli.

No âmbito desta Comissão, somos pelo acatamento das 3 emendas...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cristiano Araújo, são 4 emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, retificando, trata-se de 4 emendas. Há, também, a Emenda nº 4, de autoria de vários Deputados.

Somos pelo acatamento das emendas. Já há consenso com o Governo em relação às 4 emendas, inclusive a emenda de autoria do Deputado Brunelli.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto, acatando as 4 emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	41

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.088, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, quero dizer que está acordado com os 24 Deputados – não tem 24 Deputados aqui, mas foi acordado – que haverá uma emenda para suprimir a disposição de cancelar as emendas do INTEGRA. Nós, 24 Deputados, não abrimos mão disso. Estamos aprovando o projeto hoje, mas amanhã terá que vir a emenda que está sendo preparada para o cancelamento das emendas do INTEGRA.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não será amanhã; as emendas estão chegando agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, fiz questão de vir discutir da tribuna, aproveitando inclusive a presença do nosso Secretário Dr. Geraldo Maciel, para dizer que votarei favoravelmente a esse projeto. Mas eu queria fazer uma ressalva sobre a questão da Independência e das prerrogativas do Poder Legislativo.

Um dos poucos instrumentos que temos para fazer política nas nossas bases são as emendas parlamentares, e nós precisamos que o Governo, que o Executivo, tenha a sensibilidade e o entendimento de que o Parlamentar na ponta, dialogando com a sociedade, pode resolver uma série de demandas do Governo porque tem conhecimento de fato, porque tem conhecimento de causa. Na medida em que nós abrimos mão de um direito que é nosso, de sugerir no Orçamento emenda, ao mesmo passo que aprovamos o Orçamento do Governo do Distrito Federal, estamos diminuindo o Poder Legislativo, diminuindo as nossas prerrogativas, diminuindo a nossa ação política.

O que me motiva a votar favoravelmente a esse projeto é que ele vai ser utilizado para cobrir folha de pagamento. Não fosse esse o argumento, eu votaria contra, porque é prerrogativa e é direito. É sobrevivência política.

É natural, com a habilidade costumeira que o Dr. Maciel tem, construirmos um acordo para o próximo ano. Eu quero reafirmar esse acordo e pedir sensibilidade ao Governo do Distrito Federal. Nós do Poder Legislativo temos ajudado muito o Governo, temos subsidiado a governabilidade, temos dado condições políticas e econômicas para que o Governo implemente as suas idéias. O que nós queremos é simplesmente que o nosso direito de fazer emendas seja respeitado e que as emendas apresentadas por todos os Parlamentares desta Casa sejam implementadas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	42

como uma contrapartida do Executivo pelo apoio, pelo respeito e pela governabilidade que vem sendo oferecida pelo Poder Legislativo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, o acordo feito com o conjunto dos Parlamentares a respeito desse crédito é para garantir, de fato, o pagamento dos servidores da Saúde e da Educação na próxima sexta-feira. Não só o pagamento como também o 13º salário.

É bom ficar claro que o Governo não cumpriu o dever de casa. Não administrou bem, nem com austeridade, as contas do GDF. É por isso que hoje tem de se aprovar um crédito para fazer o pagamento desses servidores. Outra questão que tem de vir à tona não só para os Parlamentares desta Casa, mas para a sociedade e para a imprensa é que se hoje tem de se aprovar um crédito desse para cobrir uma deficiência nesses pagamentos é porque o Governo do Distrito Federal não cumpre com a contrapartida instituída em lei, que são os 25% do seu Orçamento, da sua arrecadação anual para a área de Educação. O Governo Federal repassa o Fundo Constitucional e, para o ano que vem, serão mais 8 bilhões de reais. Mas o Governo do Distrito Federal, mais uma vez, no ano que vem – podem ter os Parlamentares toda a convicção disso –, não investirá os 25% na Educação, Deputado Milton Barbosa. Se o Governo do Distrito Federal tivesse colocado os 25% da sua arrecadação, nós não precisaríamos hoje estar votando esse crédito para garantir o pagamento dos servidores da Educação e da Saúde. É importante ficar claro isso para que no dia em que o Ministério suspender os repasses do Fundo Constitucional relativos à Educação no Distrito Federal – e já está em tramitação no Ministério da Educação –, não cala a responsabilidade nem do conjunto de Parlamentares desta Casa nem do Governo Federal, porque quem não cumpre com o dever de casa é o Governo do Distrito Federal. É o Governo do Distrito Federal que não aplica corretamente os recursos arrecadados da sua receita e muito menos os do Fundo Constitucional.

Para garantir o pagamento desses servidores, nós tivemos de cancelar emendas de Parlamentares – e olhem que é uma prerrogativa desta Casa e de cada um dos Parlamentares eleitos pelo povo do Distrito Federal –, emendas no valor de 5 milhões anuais. Quase nenhum dos Parlamentares conseguiu garantir a sua execução. Foram poucos os Parlamentares que conseguiram. E, no final do ano, o Governo cancela essas emendas para garantir o pagamento... Só para se ter uma idéia, eu tive 15 emendas canceladas, totalizando R\$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais) em cancelamentos de emendas, para: construção de praças, manutenção de canteiros, reformas de utilidade pública, quartéis da Polícia Militar e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	43

do Corpo de Bombeiros, escolas para o ensino público do Distrito Federal e até mesmo para a saúde pública.

É importante que o Governo mantenha o compromisso e execute o acordo firmado da execução das emendas parlamentares no ano que vem. Que o Governo realmente as execute, tratando todos os 24 Parlamentares desta Casa de forma igualitária e Isonômica, para que todos tenham os seus pleitos atendidos, que, na verdade, não são pleitos de nenhum Parlamentar e, sim, pleitos da sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu farei a discussão daqui deste microfone, porque serei muito breve. Quero apenas dizer a este Plenário e ao Deputado Cabo Patrício que o Governo tem tratado com muito zelo o seu Orçamento. Nós temos aqui a presença do Chefe da Casa Civil, Dr. José Geraldo Maciel, e do Secretário de Planejamento. Estamos externando aos Secretários também as nossas dificuldades, o nosso clamor e também a nossa insatisfação em relação à forma como as emendas dos Deputados vêm sendo tratadas pelo Poder Executivo. Mas há uma sinalização, há uma luz para que, a partir do ano que vem, nós possamos ter critérios, possamos ter um nivelamento para que todos os Deputados, de forma indistinta, sejam de que partido for, possam executar as suas emendas e atender as suas bases.

Eu não tenho dúvidas, Deputado Dr. Charles, de que, a partir do ano que vem, com as informações recebidas pelo Chefe da Casa Civil e pelo Secretário do Planejamento, a execução do Orçamento do Governo será feita de forma diferenciada.

Portanto, eu fico aqui confortável, até porque nós estamos, neste momento, votando uma coisa da maior relevância para Brasília, que é o salário dos servidores da Saúde, da Educação e da Segurança.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não vejo zelo no Orçamento. Se houvesse zelo no Orçamento, nós não teríamos de estar aqui aprovando um crédito para pagar salários da Saúde, da Segurança e da Educação. Diga-se de passagem, recursos que vêm do Fundo Constitucional. Se houvesse zelo, não teríamos de estar aqui cancelando as nossas emendas para assegurar o pagamento de profissionais da mais alta relevância para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	44

construção de uma cidade cidadã. Nós não estamos falando de despesas que não estavam previstas. São despesas de natureza continuada. Estamos falando de salários. Não estamos em um processo de calamidade. Talvez a calamidade esteja no próprio Governo ao não se planejar para pagar os salários dos profissionais dessas três áreas.

Digo ainda que, mais uma vez, esta Casa está sendo desrespeitada. As emendas parlamentares representam pouco mais de 0,5% do Orçamento do Distrito Federal, pouco mais de 0,5%, que, em verdade, é a concretude da ação do Parlamentar na execução.

Temos pouco poder nesta Casa, Deputado Rogério Ulysses. Um dos elementos que temos para efetivamente interferir em políticas públicas são nossas emendas parlamentares. Estamos abrindo mão dessas emendas porque achamos que professores, educadores em geral, profissionais da Segurança e profissionais da Saúde têm de ter os seus salários absolutamente assegurados. Até porque não podemos deixar esses profissionais reféns da desorganização do próprio Governo. Esses 25% para a Educação nunca foram pensados por este Governo, que faz um jogo com recursos do Fundo Constitucional e obviamente não teve zelo. Eu não apenas não consigo enxergar zelo no Orçamento, mas, mais que isso, zelo com a Saúde, com a Educação, com a Segurança e com seus profissionais que executam essas políticas nesta cidade.

Com relação à execução das emendas parlamentares, em homenagem ao Deputado Wilson Lima, católico militante, faço minhas as palavras de São Tomé: "É preciso ver para crer". Porque há 7 anos ouço as mesmas promessas e elas não se concretizam. Portanto, perdoem-me os que não acreditam em santos, mas faço como São Tomé, espero ver para crer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao inciso II do art. 33 e ao art. 35 do Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas e sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

O relatório já foi feito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	45

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Pedro do Ovo que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 862/08, que dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Relator: Deputado Chico Leite
CHICO LEITE

Pela Mensagem nº 273/2008-GAG, o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo.

Trata-se de destaque para constituição de Projeto em separado dos artigos 1º a 9º e 12 a 38 do Projeto de Lei nº 851/08.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu diversas emendas, com pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Fundiários (fls. 72 e 86), Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 75 e 89) e Comissão de Constituição e Justiça

(fls. 79 e 92). Após as modificações referidas, a redação final ficou na forma acostada a fls. 122/131.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao Inciso II do artigo 33 e quanto à integralidade do artigo 35.

Os dispositivos vetados pelo Governador do Distrito Federal possuíam a seguinte redação:

"Art. 33. Na forma do regulamento, poderá ser expedido Alvará de Localização e Funcionamento de Transição para atividades de baixo nível de incomodidade, atendida a função social da propriedade, em áreas residenciais, observadas, no mínimo, as seguintes condições:

(...)

II – percentual de ocupação da área da edificação a ser definido em ato do Poder Executivo;"

"Art. 35. Poderá ser expedido Alvará de Localização e Funcionamento de Transição, nas seguintes condições:

I – atividades que se encontrem em desconformidade com o uso previsto em legislação urbanística: por 1 (um) ano, prorrogável uma única vez por até igual período, contado a partir da regulamentação desta Lei;

II – edificações que não dispõem de carta de habite-se: de 2 (dois) em 2 (dois) anos, por até 4 (quatro) anos, prorrogáveis por igual período, a partir da regulamentação desta Lei.

Parágrafo único. Ficam liberados da limitação de prazo de prorrogação de que tratam os Incisos I e II do caput os organismos Internacionais e as representações diplomáticas e dos governos estaduais."

Quanto à inconstitucionalidade, o Governador do Distrito Federal apontou que as alterações promovidas por emenda parlamentar invadiram sua iniciativa legislativa para tratar de temas relativos a atribuições de Secretarias de Estado (artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

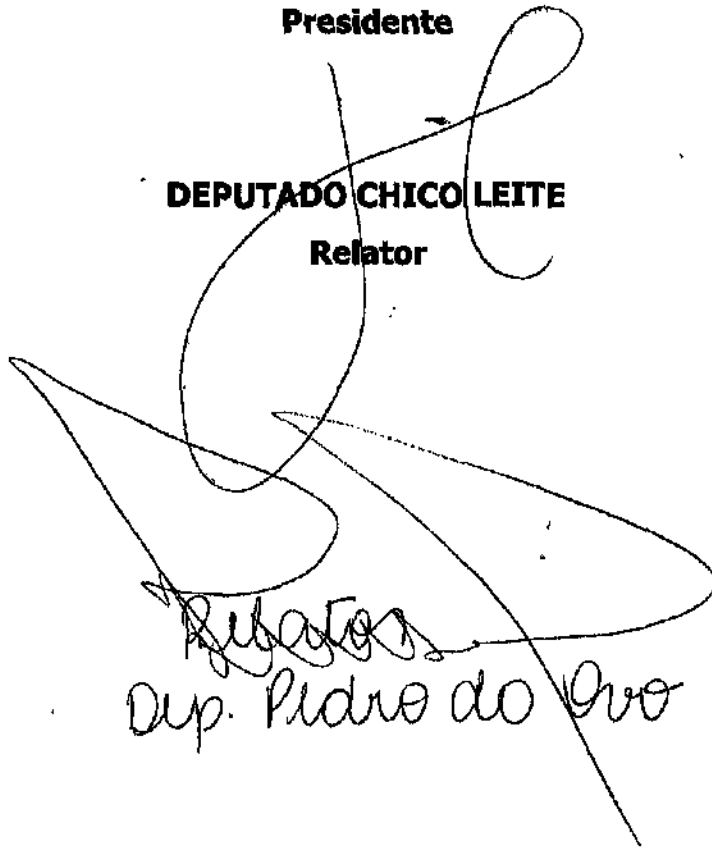
Sala das Sessões, em

DEPUTADA EURIDES BRITO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Relator
Dep. Pedro do Ouro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como são dois os dispositivos vetados, indago ao Plenário se há algum impedimento em analisá-los conjuntamente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, há impedimento, pois o encaminhamento é divergente em relação aos dois dispositivos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, votaremos os dois dispositivos separadamente.

Passa-se à apreciação do veto parcial ao inciso II do art. 33 do Projeto de Lei nº 862, de 2008.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu encaminhamento é pela manutenção do veto a esse inciso; portanto, pelo voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AD(S): maso II art. 33


PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 862/08

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	✓				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BERINALDO PONTES - PP	2				
	BISPO RENATO - PR	2				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT	2				
	CHICO LETTE - PT				2	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	2				
	DOUTOR CHARLES - PTB	2				
	ÉRIKA KOKAY - PT				2	
	EURIDES BRITO - PMDB	2				
	GERALDO NAVES - DEM	2				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	2				
	MILTON BARBOSA - PSDB	2				
	PAULO TADEU - PT				2	
	PEDRO DO OVO - PMN	2				
	RAAD MASSOUH - DEM	2				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	2				
	REGUFFE - PDT	2				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	2				
	ROBERTO LUCENA - PMDB				2	
	WILSON LIMA - PR	2				
	ALÍRIO NETO - PPS	2				
	TOTAL	20			04	


ASSP


SECRETÁRIO DEP.

ASSP
Nº _____
Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	20	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	47

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto ao Inciso II do art. 33 do Projeto de Lei nº 862, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Passa-se à apreciação do veto parcial ao art. 35 do Projeto de Lei nº 862, de 2008.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento da bancada do Governo, conforme acordo com todos os Deputados, é pela derrubada do veto, ou seja, pelo voto “não”.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acordamos com o Deputado Cristiano Araújo e com o Líder do Governo pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 35 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) PROJETO DE LEI N°(S) 862/08

Autor: Deputado(a):

 Executivo

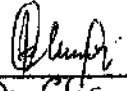
Relator: Deputado(a):

Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BERINALDO PONTES - PP		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - DEM		X			
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		-		X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOCTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		-		X	
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT		-		X	
	PEDRO DO OVO - PMN		X			
	RAAD MASSOUH - DEM	X	-			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT	X	-			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	ROBERTO LUCENA - PMDB		-		X	
	WILSON LIMA - PR		X			
	ALÍRIO NETO - PPS		X			
	TOTAL	02	18		04	


ASSP

SECRETÁRIO DEP.


Dr. Charles

ASSP
N° 1
Fls. °

VOTOS "SIM"	<u>02</u>	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	<u>18</u>	VETO REJEITADO	<input checked="" type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	<u>-</u>		
AUSÊNCIAS	<u>04</u>		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 18 votos contrários.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto ao art. 35 do Projeto de Lei nº 862, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2005, já acordado com os Deputados. Trata-se da concessão de título de Cidadão Honorário *post-mortem* ao Sr. Antônio Domingos Bispo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. O projeto será apreciado como item extrapauta com matérias em segundo turno.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também já está acordada a apreciação do item nº 11 da Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 20:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.057, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.057, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	49

necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foi apresentado o seguinte substitutivo:

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração direta, as autarquias e as fundações públicas do Distrito Federal poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública oficialmente reconhecidas pelo Poder Público;

II - combate a surtos epidêmicos;

III - manutenção e limpeza de vias públicas, com vistas a impedir entupimentos de instalações e alagamentos de rodovias urbanas;

IV - admissão de professor substituto para a rede pública de ensino;

V - admissão de pesquisador visitante estrangeiro e professor visitante em instituição pública de ensino superior;

VI - atividades:

a) de saúde pública, nas áreas fim ou meio, nas hipóteses de calamidade pública decretada pelo Poder Público;

b) técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

c) didático-pedagógicas em escolas de governo.

VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos em instituições públicas de ensino superior, para suprir a falta de respectivos titulares ocupantes de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.

VIII - admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa; e

IX - combate a acidentes e danos ambientais, na hipótese de declaração, pelo Governador, da existência de emergência ambiental na região específica.

§ 1º A contratação de professor substituto a que se refere o inciso IV far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória.

§ 2º A contratação de professor substituto para suprir a falta de docente da carreira oriunda de exoneração, demissão, falecimento e aposentadoria se fará apenas quando o fato ocorrer durante o período letivo, ficando a Administração obrigada a realizar concurso público para constituição de banco de reserva de professor para suprir imediatamente a carência.

§ 3º Fica autorizada a contratação de professor-substituto na hipótese em que, realizado o concurso público, não haja candidato aprovado para a vaga aberta de professor-efetivo.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o Poder Público fica obrigado a abrir concurso para preenchimento da referida vaga no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Distrito Federal, prescindindo de concurso público.

§ 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública ou de emergência ambiental prescindirá de processo seletivo.

§ 2º A contratação de pessoal, nos casos do professor visitante, poderá ser efetivada em vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do *curriculum vitae*.

§ 3º Anualmente, até o final do primeiro trimestre, os órgãos que apresentarem necessidade de contratação temporária nos termos desta lei farão publicar, no órgão oficial de divulgação do Distrito Federal, relação com o número de servidores efetivos, aposentados no último exercício, cedidos, em gozo de licença capacitação e de licença obrigatória prevista em lei e, especificamente para a Secretaria de Estado de Educação, o número de professores em exercício nos cargos de direção, vice-direção, coordenação e assistência pedagógica.

Art. 4º As contratações previstas no *caput* do artigo 2º da presente Lei serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:

I - 6 (seis) meses, nos casos dos incisos I, II, III e IX;

II - 1 (um) ano, no caso do inciso IV;

III - 2 (dois) anos, no caso da alínea *d* do inciso VI e dos incisos VII e VIII;

IV - 2 (dois) anos, nos casos do inciso V e das demais alíneas do inciso VI.

Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos, uma única vez, por igual período.

Art. 5º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e do Secretário de Estado sob cuja supervisão se encontrar o órgão ou entidade contratante.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades contratantes encaminharão à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, para controle do disposto nesta Lei, síntese dos contratos efetivados.

Art. 6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores ativos da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada:

I - nos casos do inciso IV do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores no início de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II - nos casos dos incisos I, II, III, V e VI do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante.

III – não havendo nos quadros de cargos e salários a referida função ou função semelhante, deverá ser observado o valor médio da praticado pelo mercado de trabalho, desde que não exceda o teto remuneratório do fixado para o Poder ao qual está vinculado o contratado.
(CA)

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

§ 2º Caberá ao Poder Executivo fixar as tabelas de remuneração para as demais hipóteses de contratações.

§ 3º A remuneração dos professores de que trata o inciso IV do art. 2º corresponderá aos vencimentos correspondentes aos padrões iniciais da Carreira Magistério Público, adicionados das Gratificações de Atividade de Regência de Classe, de Alfabetização, de Ensino Especial, em Zona Rural, de Docência em Estabelecimento de Ensino Diferenciado e de Restrição de Liberdade, obedecidos os critérios constantes da Lei nº 4.075, de 28 de dezembro de 2007, para sua concessão.

§ 4º Fica garantido o recebimento da remuneração no recesso escolar de julho quando esse mês estiver contemplado no período do contrato temporário de trabalho.

Art. 8º Ao pessoal contratado nos termos desta Lei aplica-se o regime geral de previdência.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- III - ser novamente contratado, salvo nas hipóteses dos incisos I e IX do art. 2º, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, ressalvada a prorrogação prevista no parágrafo único do art. 4º, e mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará a rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua inexistência, no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 10 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art. 11 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto nos arts. 53 e 54; 57 a 59; 67 a 80; 97; 104 a 109; 110, incisos, I, *in fine*, e II, parágrafo único, a 115; 116, incisos I a V, alíneas a e c, VI a XII e parágrafo único; 117, incisos I a VI e IX a XVIII; 118 a 126; 127, incisos I, II e III, a 132, incisos I a VII, e IX a XIII; 136 a 142, incisos I, primeira parte, a III, e §§ 1º a 4º; 236; 238 a 242, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

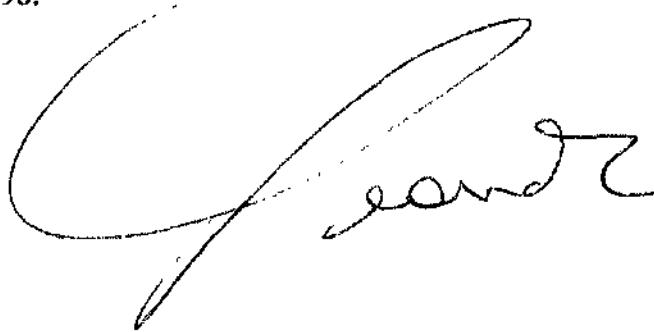
Art. 12 O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações pelo término do prazo contratual, ou por iniciativa de uma das partes contratantes.

§ 1º A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º A extinção do contrato por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará o pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.169, de 24 de julho de 1996.

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro'.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	50

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cabo Patrício para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cabo Patrício, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.057, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Na Comissão, somos pelo acatamento do projeto na forma do substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.057, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	51

necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o Governo encaminha a esta Casa a mensagem a respeito das contratações temporárias, sobre as quais eu tive até a oportunidade de participar de discussões com a presença dos representantes dos gabinetes de todos os Deputados e com a presença do nosso Consultor Jurídico do Distrito Federal. Conheço, portanto, todo o projeto que aqui está. Essa figura é conhecida e reconhecida. Eu até tinha outra idéia, que era a recepcionabilidade da lei federal, mas se achou por bem, repetindo praticamente toda a lei federal, fazer a adequação ao regime local.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, encaminho votando pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.057, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o Governo encaminhou o projeto a esta Casa, mas o substitutivo veio melhorá-lo, até porque o projeto tinha uma série de incorreções. No substitutivo iremos garantir, por exemplo, que o Governo faça concursos e mantenha um banco de reservas. A Deputada Eurides Brito participou da discussão e das negociações para a construção desse substitutivo. Para dar um exemplo da área da Deputada Eurides Brito, a Educação, um profissional da área da Educação recebia por hora-aula. No final do mês, percebia muito longe de um salário da área de Educação. Esse substitutivo, confeccionado com o conjunto dos Parlamentares e dos técnicos desta Casa, garante que o profissional temporário da área da Educação perceberá o mesmo salário de um profissional em início de carreira no Magistério, o que não ficou garantido quando da aprovação, por esta Casa, do Plano de Cargos e Salários dos Professores. Então, esse projeto vem corrigir uma injustiça que havia sido criada quando foi aprovado o PCS dos professores. Esse substitutivo vai garantir às pessoas uma remuneração muito melhor. Portanto, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, ajudamos na construção desse substitutivo, e vamos votar favoravelmente, garantindo a esses profissionais maior



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	52

remuneração e melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, a prestação de um atendimento muito melhor a todos os cidadãos do Distrito Federal.

É bom que fique claro, no entanto, que a contratação só será admitida em casos de excepcionalidade e calamidade e não deverá se tornar uma prática no Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi considerada inconstitucional a lei que estabelecia os contratos temporários. Ainda assim, o Executivo remete à Câmara uma lei que traz os mesmos vícios.

O projeto do Governo sofreu a intervenção desta Casa para que dali surgisse, como filho do útero grávido do contrário da inconstitucionalidade, um projeto que veio por meio de um substitutivo, que corrige uma série de incorreções.

Primeiro: contrato temporário não pode substituir vacância permanente. Se nós temos, hoje, 5.500 professores temporários, obviamente estamos substituindo, de alguma forma, vacâncias permanentes com contratos temporários.

Segundo: o substitutivo, e me parece que isso é absolutamente relevante, corrige uma profunda injustiça com os educadores em contrato temporário, que são submetidos a uma seleção pública. E esses trabalhadores, trabalhadoras, educadores e educadoras, ganham por hora-aula! Isso significa que eles não recebem os seus salários durante recessos, férias... É como se fossem bóias-frias da Educação! E nós estamos falando de educadores que tem toda a capacitação para formar pessoas, e não coisas.

Esta Casa trabalhou para tirar essa anomalia. Tirar este advento de receber pela hora-aula, que fazia até educadores trabalharem adoecidos, senão, não percebiam os seus salários.

O trabalho que o professor temporário desenvolve em sala de aula tem a mesma qualidade do que o professor do quadro permanente desenvolve. Entretanto, a diferenciação era absolutamente injusta! Resgatou-se não só o salário do quadro permanente, como também todas as gratificações, com exceção da TIDEM.

Eu acho que esta Casa corrige, dentro de outro projeto de gestão compartilhada, o recebimento de salários por hora-aula. Nós fizemos comissões gerais, várias audiências com o Ministério Público, juntamente com vários segmentos para que pudéssemos romper essa falta de isonomia, que hoje o substitutivo corrige.

Portanto, eu diria, para encerrar as minhas palavras, que nós estamos devolvendo justiça não apenas a esses educadores e educadoras, mas estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2008	15h35	110ª Sessão Ordinária	53

devolvendo um patamar de justiça aos nossos meninos e meninas, porque são marcados pelo que aprendem dos seus educadores.

Rubens Alves diz que "o exercício da educação é o exercício da imortalidade"; porque o educador fica em quem aprende a olhar o mundo e ver o seu significado, a partir das suas ações, das suas idéias e das suas palavras.

Parabéns à comissão dos professores temporários, que, incansavelmente, lutou nesta perspectiva.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, com os itens de pauta da sessão ordinária, bem como os primeiros itens da extraordinária: o Projeto de Lei nº 1.088; o Projeto de Lei nº 1.068, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº 1.094, de 2008.

Há um projeto extrapauta, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, um projeto de autoria do Deputado Dr. Charles e outro do Deputado Brunelli, que são os PDLs.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h29min.)